

PODER LOCAL E ATIVIDADES ECONÔMICAS: O comércio externo da América portuguesa a partir dos mapas de cargas de exportação em Salvador no século XVIII.

Maria Patrícia da Silva Santos¹

Orientadora: Avanete Peireira Sousa²

A cidade de Salvador destacava-se no final do século XVIII como o mais importante centro de comércio colonial. Para Amaral Lapa, a expansão colonial portuguesa teve na cidade de Salvador um lugar estratégico, tanto do ponto de vista náutico, como militar e comercial. Em sua obra: “A Bahia e a carreira da Índia”, o autor ratifica:

Da extensa rede de portos, que manterá em sua empresa ultramarina, distribuídos pelas Costas européias, africanas, americanas e asiáticas, o do Salvador, na Bahia terá excepcional papel. Será mesmo uma segunda capital do Atlântico português. “Porto do Brasil” denominavam-no os documentos do tempo, como se não houvesse outro ancoradouro em toda a Colônia. (LAPA, 2000: 1).

De fato Salvador possuía uma série de elementos contribuintes pra que ocupasse lugar de destaque naquele período, sobretudo no aspecto comercial. Mediante este parâmetro vamos refletir sobre o papel relevante do porto de Salvador no ano de 1796, ano este que de acordo com Lapa, Salvador ocupou o primeiro lugar entre todos os portos de Portugal ultramarino, tanto como exportador como importador.

Os dados de produtos comerciais aqui representados em mapas de cargas são provenientes deste período específico e foram extraídos da documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino (em Portugal). As embarcações envolvidas no processo de exportação pesquisadas foram em número de 43, e possuíam uma variedade de nomes curiosos como, por exemplo: Brilhante, Princesa do Brasil, Águia Lusitana, Aviso, Brigue Amizade, O Careta, Europa, sem contar o grande número de embarcações com nomes

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb Bolsista de Iniciação Científica FAPESB E-mail: maria_paty25@hotmail.com

² Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutora em História Econômica (USP). avanete@uol.com.br

ligados ao culto religioso como: Senhor do Bonfim, Santos Mártires, Anjo do Senhor, Nossa Senhora dos Milagres e Nossa Senhora da Conceição dentre muitas denominações.

José Jobson de Arruda (1980: 292), em sua obra “O Brasil no comércio Colonial”, demonstra que na participação percentual das regiões brasileiras e de outras colônias no comércio de exportação para a metrópole portuguesa durante o período de 1796 a 1807, a capitania da Bahia aparece como a segunda maior exportadora, dentre as capitanias da América portuguesa, e possui superávit, especificamente no ano de 1796, em relação a todas as outras, inclusive a do Rio de Janeiro, que lidera a categoria exportadora em momento posterior (ver tabela em anexo).

Este dado ratifica a particularidade e a relevância comercial, em nível de exportação, vivenciada pela cidade de Salvador, em 1796. Os mapas de cargas apresentam mercadorias que saíam do porto de Salvador com destino a Lisboa. Nesses mapas, observam-se os produtos já clássicos da exportação da América portuguesa no período colonial, como o açúcar, o tabaco, a madeira, mas também apontam mercadorias que posteriormente, no século XIX, figurarão na base das exportações baianas como o algodão, o cacau e, em medida menor, com destaque mais recente o café (ARRUDA, 1980: 351)

A Bahia foi à principal região do Brasil no apogeu da economia açucareira. No entanto, perde seu poder econômico, gradativamente, com o surgimento do ouro das Minas Gerais que acabou por colaborar para que houvesse o deslocamento do centro econômico e administrativo para o Centro-Sul. Isto acabou por mobilizar determinadas autoridades que clamavam para que a Bahia obtivesse a mesma dinâmica de antes, em momento em que a economia baiana dependia de dois produtos primordiais: o açúcar e o tabaco.

Arruda (1980: 292) aponta um quadro dos principais produtos de exportação no período de 1796 a 1811, muito significativo. São apresentados treze produtos de exportação colonial, responsáveis por 82,5% do volume e valor global das exportações neste período considerado. Ele vai dizer que por ordem de importância temos: açúcar branco, algodão, açúcar mascavado, couros secos, arroz, tabaco, cacau, café, vaquetas, aguardente, couros salgados, meios de sola e atanados.

Desses produtos de exportação o açúcar representa o principal esteio econômico do Brasil. O litoral nordestino e o Recôncavo baiano formam as duas áreas mais importantes e mais antigas (Prado Jr., 1989: 144).

No mapa de carga aqui representado específico do ano de 1796 pode-se perceber a grande participação de maioria dos produtos citados por Arruda durante o período que vai de 1796 a 1811:

Mapa de Carga - Ano 1796

	Quantidade
Açúcar	
Caixas de açúcar	16.546
Meias caras de açúcar	85
Caras de açúcar	26
Meias arrobas de açúcar	39
Feixes de açúcar	498

Tabaco	
Rolos de tabaco	19.733
Fardos de tabaco	1.671
Pacas de tabaco	45

Couros	
Couro	27.652
Couros salgados	9.127
Couros secos	1.828
Tábuas de couro	72
Couros secos salgados	1.254
Meios de vaquetas	6.305
Solas	25.270

Madeira	
Tábuas de Vinhático	90
Consueiras	152
Dúzias de Consueiras	10
Paus de Cera	20

Paus de Seco	62
Paus de Massaranduba	4
Paus de Sucaperuassu	2
Jacarandá	6
Pranchões de Jacarandá	18
Toras de Jacarandá	60
Pranchões de Cedro	12
Paus de Sucupira	30
Consueiras de várias qualidades	103
Toras de Pua	20
Tábuas de Tapunhoam	240
Tábuas de 40 palmos	38
Arroz	
Sacas de arroz	2.068
Café	
Sacas de Café	452
Pipas de café	2
Algodão	
Algodão	66
Sacas de Algodão	8.362
Aguardente	
Pipas de aguardente	33
Cacau	
Sacas de cacau	13

Em 1796 a Bahia exportou 16.546 caixas de açúcar sem levar em consideração a quantidade de Meias caras de açúcar, Caras de açúcar, Meias arrobas de açúcar e de Feixes de açúcar. Exportou ainda 19.733 rolos de tabaco, sem contar com a quantidade de Fardos e Pacas de tabaco. Como todos sabem, o principal centro produtor de tabaco na Bahia era Cachoeira, seguido de Inhambupe e Santo Amaro da Purificação (Prado Jr., 1989: 155). O tabaco.

Era muito importante no “resgate de negros” na África. Em muitas oportunidades, como consta das próprias Balanças do Comércio, moedas eram despachadas para a África para aquisição de escravos, mas, em geral os negros eram obtidos pelo escambo (variadas mercadorias eram utilizadas nesta prática), mas o produto principal era sem dúvida o tabaco [...]. (ARRUDA, 1980: 191).

A quantidade de couros exportada neste ano para Lisboa foi de 27.652, sem contar com dado relevante de 25.270 fardos de solas também exportadas. No que se refere à madeira, percebe-se dados não muitos grandiosos, mas sua participação no comércio exterior é notável. Não se pode esquecer que o Palácio de Mafra em Portugal, foi construído com madeira do Brasil. Inclusive sua maravilhosa biblioteca que foi edificada a base de jacarandá. Além disso,

A madeira do Brasil foi amplamente usada para o restabelecimento naval do reino. As matas mais importantes e ricas, além das do Amazonas, eram as que sobravam do denso arvoredo do litoral nordestino: na Bahia, as da comarca de Ilhéus. Lembrando-se, ainda, do aproveitamento da madeira na indústria de construção naval na Bahia, onde havia um estaleiro real”. (Prado Jr., 1989: 216-217).

De outro modo, produtos de subsistência também aparecem no mapa de cargas de 1796 e na tabela de Arruda como, por exemplo, o arroz. Segundo este autor,

“A exportação de arroz tem um ritmo crescente no conjunto. Flutuou de 1796 até 1801, quando, então, firma-se a tendência crescente dos volumes das exportações, que atingem o auge em 1806.” (ARRUDA, 1980: 392).

E ainda, “Era o arroz brasileiro que praticamente abastecia o mercado português, dispensando-se as importações do similar estrangeiro.” (ARRUDA, 1980: 392).

O algodão que, segundo Caio Prado (1989: 148), representou, até o 3º quartel do século XVIII, insignificante cultura de expressão local e de valor econômico mínimo, passou, em fins do mesmo século, a ser produto importante da pauta de exportação da capitania da Bahia (8. 362 sacas, em 1796). Cultivado nos altos sertões limítrofes da Bahia e de Minas Gerais, abrangia a área que se estende a leste do rio São Francisco, compreendendo a serra de Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista, com centro principal em Caetité.

Ao tempo em que, de Salvador, se exportavam as mercadorias mencionadas, de Portugal importavam-se gêneros manufaturados, como tecidos, louças, ferragens, pólvora, chumbo, alcatrão, farinha de trigo, vinho, vinagre e azeite de oliva; da Índia, tecidos e especiarias e, da África, escravos e cera. A magnitude das frotas que aportavam na Baía de Todos os Santos era facilmente percebida pelos inúmeros viajantes que estiveram em Salvador, entre os séculos XVII e XVIII. Todos foram unânimes ao registrar a diversidade e riqueza das frotas que, anualmente, vinham de Lisboa para a Bahia, trazendo tecidos, mercadorias manufaturadas e produtos comestíveis e levava ouro, açúcar, tabaco e madeira (SOUSA, 2003: 41-42).

Essa dinâmica comercial da cidade passava, quase sempre, pelo crivo da Câmara Municipal, responsável por diversos aspectos de seu controle, ordenamento e regulamentação. Dentre os produtos de controle camarário estavam os vinhos e azeite vindos do reino; gêneros da terra, como o tabaco e o açúcar, submetidos a impostos e taxas denominadas de “donativo das caixas de açúcar e rolos de tabaco”. (SOUSA, 2003: 173).

Parte deste controle era feito através do estabelecimento de Balanças públicas, chamadas de *Balança do Peso Real*. Tratava-se da cobrança de taxas pela utilização das referidas Balanças para pesagem de produtos. Essas Balanças ficavam situadas em lugares estratégicos, geralmente nos pontos de carga e descarga de mercadorias, para serem utilizadas por todos aqueles que efetuavam o comércio de seus produtos, dentro e fora da cidade, e/ou por consumidores que tivessem dúvidas quanto à veracidade do peso do gênero adquirido. Ressalte-se que a Balança do Peso Real destinara-se, inicialmente, ao controle das caixas de açúcar e dos rolos de tabaco exportados, mas, pouco depois, também comerciantes de demais gêneros foram obrigados a dela fazer uso. (SOUSA, 2003: 174-175).

O que se pode concluir da intervenção da Câmara de Salvador nos fluxos comerciais da cidade é que, ao que parece, a lógica e a racionalidade do Estado monárquico

prolongavam-se para o conjunto de instituições e espaços locais que reproduziam, em maior ou menor, grau os ditames gerais do poder central. Nessa condição encontravam-se as câmaras, sobretudo a de Salvador, uma das mais importantes da colônia.

Fontes e Bibliografia:

Fontes:

Mapas de cargas de Embarcações. Bahia (1796). Arquivo Histórico Ultramarino.

Bibliografia:

ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no comércio colonial. São Paulo: Ática, 1980.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Bahia e a carreira da Índia. São Paulo: Hucitec, 2000.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SOUSA, Avanete Pereira. “Poder Local, cidade e atividades econômicas”. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2003.

ANEXO

TABELA 45

Participação percentual das regiões brasileiras e outras colônias
no comércio de exportação (Período: 1796-1807)

Regiões	D A T A S												Média percentual no período
	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	
Rio de Janeiro	27,6	16,6	36,8	29,8	32,6	35,9	28,1	23,2	23,9	25,0	29,0	26,8	28,7
Bahia	29,5	30,1	22,4	26,4	17,8	20,0	20,2	20,5	19,9	23,5	20,4	20,1	22,1
Pernambuco	16,8	15,4	13,2	17,5	15,3	19,0	17,7	17,6	21,4	25,1	23,7	20,7	19,0
Maranhão	7,9	10,0	6,6	5,5	13,2	7,7	10,6	13,4	13,3	10,0	9,5	10,5	9,8
Pará	2,2	4,6	3,0	3,0	4,2	1,7	3,2	5,1	3,8	4,1	4,9	3,4	3,5
Paraíba	1,1	—	—	0,8	1,3	—	—	—	—	—	—	—	0,3
Santos	0,4	0,4	2,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,2
Ceará	—	—	—	—	—	—	—	~0	0,2	0,3	0,4	0,6	0,1
Total — Brasil	85,5	77,1	84,5	83,0	84,4	84,3	79,8	79,8	82,5	88,0	87,9	82,1	83,7
Ásia	12,5	19,0	13,0	14,9	13,4	12,5	18,0	17,7	16,0	11,2	11,1	16,3	14,3
Ilhas	1,8	3,9	2,3	2,0	2,2	3,0	2,0	2,5	1,4	0,8	0,8	1,6	1,9
África	0,2	—	0,2	0,1	—	0,2	0,2	~0	0,1	~0	0,2	~0	0,1
Total das colônias	14,5	22,9	15,5	17,0	15,6	15,7	20,2	20,2	17,5	12,0	12,1	17,9	16,3
Média percentual por ano	7,9	3,3	7,6	9,0	8,8	10,4	7,7	8,4	8,0	9,4	9,5	10,0	100,0

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no comércio colonial. São Paulo: Ática, 1980.